



ENTIDADE DAS CONTAS E FINANCIAMENTOS POLÍTICOS

Decisão da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos relativa às Contas da Campanha Eleitoral para a Eleição para Assembleia da Região Autónoma dos Açores 2020, realizada em 25 de outubro de 2020, apresentadas pela Candidatura CDU – Coligação Democrata Unitária

PA 10/ALRAA/20/2020

dezembro/2024



Índice

Índice	1
Lista de siglas e abreviaturas.....	2
1. Introdução, apresentação da informação financeira e âmbito do trabalho de auditoria	3
2. Limitações ao âmbito dos trabalhos de auditoria, situações de impossibilidade de extração de conclusões, erros ou incumprimentos verificados relativamente às Contas de Campanha, identificados no Relatório da ECFP e reanalisados, atentos os elementos constantes do processo.	3
2.1. Incumprimento do regime legal relativo às receitas de campanha – receita não refletida na conta bancária de campanha (Ponto 4.1. do Relatório da ECFP)	3
3. Decisão	9



Lista de siglas e abreviaturas

ALRAA 2020	Eleição dos deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, realizada em 25 de outubro de 2020
Candidatura	CDU – Coligação Democrática Unitária
Coligação	Coligação CDU
ECFP	Entidade das Contas e Financiamentos Políticos
IAS	Indexante dos apoios sociais (artigo 2.º, da Portaria n.º 27/2020, de 31 de janeiro)
Lei n.º 19/2003	Lei n.º 19/2003, de 20 de junho
LO n.º 2/2005	Lei Orgânica n.º 2/2005, de 10 de janeiro
Listagem n.º 2/2020	Listagem n.º 2/2020, de 20 de maio de 2020, publicada no Diário da República, 2.ª Série, n.º 117, de 18 de junho de 2020
PA	Procedimento de Apreciação de Contas de Campanha Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores em 25 de outubro de 2020 da CDU
PCP	Partido Comunista Português
PEV	Partido Ecologista os Verdes



1. Introdução, apresentação da informação financeira e âmbito do trabalho de auditoria

A ECFP concluiu a elaboração do Relatório previsto no artigoº 41.º, n.º 1, da LO 2/2005 a 05/06/2024, relativo às contas da campanha da eleição para a Assembleia da Região Autónoma dos Açores, realizada em 25 de outubro de 2020, apresentadas pela **CDU – Coligação Democrata Unitária**, daqui em diante designada por **Coligação**, ou apenas por **Candidatura**. Nesse seguimento, a Candidatura foi notificada nos termos e para os efeitos previstos no n.º 2 da mesma disposição legal, tendo exercido o seu direito de pronúncia.

Atento o procedimento previsto na LO 2/2005, cumpre proferir a decisão final no mesmo, nos termos do artigoº 43.º do citado diploma, na redação que lhe foi dada pela LO 1/2018.

Ao nível da informação financeira e do âmbito do trabalho de auditoria, objeto de relato no ponto 4. do Relatório da ECFP, remete-se para a mesma (art.º 153.º, n.º 1, 2.ª parte, do CPA), dado que as situações ali descritas ou não são controvertidas ou, sendo controvertidas, serão analisadas infra por referência ao ponto 4. do mesmo Relatório.

2. Limitações ao âmbito dos trabalhos de auditoria, situações de impossibilidade de extração de conclusões, erros ou incumprimentos verificados relativamente às Contas de Campanha, identificados no Relatório da ECFP e reanalisados, atentos os elementos constantes do processo.

2.1. Incumprimento do regime legal relativo às receitas de campanha – receita não refletida na conta bancária de campanha (Ponto 4.1. do Relatório da ECFP)

As contribuições de partidos políticos que apresentem ou apoiem candidaturas às eleições para as Assembleias Legislativas Regionais constituem receitas de campanha, nos termos do artigo 16.º, n.º 1, alínea b), da Lei n.º 19/2003.

Por sua vez, atento o disposto no artigo 15.º, n.ºs 1 e 3, da Lei n.º 19/2003, as receitas de campanha eleitoral constam de contas próprias, a que correspondem a conta bancária especificamente constituída para o efeito, na qual são depositadas as respetivas receitas relativas à campanha.



No caso em apreço, a Candidatura registou no “MAPA M2: Conta – Receitas de Campanha – Contribuição do PCP” e no “MAPA M2A: Adiantamentos de Contribuições do PCP” (cfr. fls. 87 e 89 do PA) receita no valor de 1.966,77 EUR, suportada pelo “RECIBO Nº A 559481”, com data de 05/11/2020 e descritivo “Transf. De contribuição do PCP às Eleições ALRA 2020 relativa ao pagamento da factura FA 2020/791 no valor de 1966,77€ da Crómia Comunicação, Lda por a conta bancária já estar encerrada quando tomamos conhecimento da referida factura” (cfr. fls. 92 do PA), que não se encontra refletida na conta bancária de campanha (cfr. extratos bancários da conta de depósitos à ordem com o IBAN _____, aberta junto do banco “CCAM AÇORES C.R.L.”, de fls. 44 a 51 do Anexo I, do PA).

Por sua vez, foi registada uma despesa no “Mapa M8: Conta – Despesas de Campanha – Estruturas, cartazes e telas (via pública)”, no valor de 1.966,77 EUR, suportada pela fatura “FA 2020/791” emitida pelo fornecedor “CRÓMIA COMUNICAÇÃO LDA”, com data de 13/10/2020 e com o descritivo «Mupis em papel com 120 x 175 cm com impressão digital das fotos dos candidatos, 124,00 Qtd, preço unitário de 10,00 EUR/ Cartazes em papel com 50 x 70 cm com impressão digital das fotos dos candidatos, Qtd. 226,00, preço unitário 1,50 EUR/ Impressões em papel com 240 x 200 cm com impressão digital das fotos dos candidatos “Eleições Regionais 2020”, Qtd. 1,00, preço unitário 20,00 EUR» (cfr. fls. 85 e 93 do PA).

De acordo com declaração assinada pela mandatária financeira, a despesa somente foi conhecida em data posterior ao encerramento da conta bancária de campanha (conta de depósitos à ordem com o IBAN _____, e designação “CDU-PCP-PEV-Eleições 2020 A L RAAÇORES”, aberta junto do banco “CCAM AÇORES C.R.L.” a 11/08/2020 e encerrada a 30/12/2020, de fls. 44 a 51 do Anexo I, do PA), tendo sido liquidada pelo Partido Comunista Português, através do cheque bancário com o n.º “8986128074” (cfr. fls. 96 do PA), referente à conta de depósitos à ordem com o IBAN PT50 0045 8053 4030 4387 6373 7, aberta junto do banco “CCAM AÇORES C.R.L.”, no montante de 1.966,77 EUR, com data de 05/11/2021 (cfr. fls. 60 e 94 do PA).

Dos documentos de suporte entregues pela Candidatura (cfr. fls. 91 a 96, do PA) extrai-se que a referida contribuição não foi depositada na conta bancária da campanha, tendo-se traduzido na assunção pelo Partido Comunista Português do pagamento de uma despesa.



Por conseguinte, a situação descrita *supra* configura uma violação do artigo 15.º, n.ºs 1 e 3, da Lei n.º 19/2003.

Em sede de exercício do direito ao contraditório, foi referido pela Candidatura:

4.1 - Uma despesa de campanha superveniente que obrigou a uma receita por contribuição partidária, e, de seguida, a uma rectificação das contas de campanha

Factos:

1. A CDU entregou as contas da campanha para a ALRAA de Outubro de 2020 dentro do prazo legal.
2. Em conformidade encerrou a conta bancária da campanha em 30/12/2020.
3. A CDU encerrou a conta bancária da campanha por duas ordens de razões:
 - i. Estavam consumados os movimentos quer a crédito quer a débito, logo não havia nenhuma despesa mais para liquidar nem havia nenhuma receita para creditar;
 - ii. O encerramento da conta bancária é condição para a entrega das contas da campanha.
4. Muito tempo após o encerramento da conta bancária, que ocorreu em 30/12/2020 e também muito tempo após a entrega das contas da campanha, veio a CDU a receber do fornecedor Crómia Comunicação Lda, a factura "FA 2020/791" com uma despesa imputável à campanha eleitoral.
5. A factura "FA 2020/791" do fornecedor Crómia Comunicação Lda com o qual o PCP trabalha habitualmente tem a data de 13/10/2020 mas essa factura só foi recepcionada pelo PCP em data muito posterior após encerramento da conta bancária e também depois da entrega das contas da campanha.
6. Em face de uma despesa de campanha eleitoral que teria que ser liquidada, o PCP procedeu à sua liquidação através de cheque de banco em 5/11/2021, quase um ano após o encerramento da conta da campanha.
7. Com a finalidade de conferir veracidade e transparência às contas da campanha eleitoral, a CDU procedeu em 15/11/2021 à rectificação das contas da campanha eleitoral para aí incluir uma despesa de campanha que veio ao seu conhecimento depois do encerramento das contas, porque só assim se iria criar certeza, transparência e veracidade às despesas da campanha.



8. Concomitantemente, com vista a dar cobertura a essa despesa, o PCP teve de incluir nas contas rectificadas uma transferência por conta de contribuição partidária de igual montante à despesa.

Explicação:

a) A despesa documentada através da Factura “FA 2020/791” é uma despesa de campanha eleitoral para a ALRAA de 2020 que não poderia ser omitida, ou esquecida, ou ocultada, ou imputada a outras contas quaisquer.

b) A despesa documentada através da Factura “FA 2020/791” é uma despesa superveniente ao encerramento das contas de campanha.

c) O envio da factura “FA 2020/791” ao PCP, em data posterior à sua emissão, é inteiramente imputável à Crómia Comunicação Lda, fornecedor do serviço.

d) Admite-se que a Crómia Comunicação Lda, fornecedor do serviço, haja cometido esse lapso de remessa da factura fora de prazo, por ser habitual fornecedor do PCP para outras finalidades de comunicação.

e) A abordagem correcta e transparente a esta ocorrência superveniente, aquela que a CDU e o PCP entenderam ser a adequada era rectificar as contas da campanha fazendo incluir o montante da factura “FA 2020/791” a débito das contas de campanha por despesa incorrida e a crédito da campanha, por contribuição do PCP, que cobriu a despesa e a não poderia inserir nas suas contas partidárias.

Questionamento e conclusão:

i. Qual será nestas circunstâncias o procedimento correcto à luz daquilo que é a essencialidade das contas partidárias e de campanha, a saber a transparência e a veracidade das mesmas?

ii. Interrogado de outro modo: que outro procedimento alternativo seria mais consentâneo com a finalidade de conferir às contas da campanha eleitoral, integral veracidade e transparência?

iii. Ter-se-á reparado que, em tese hipotética, se a factura “FA 2020/791” tivesse sido ignorada - coisa que nem se admitiria sequer pudesse acontecer - este relatório das contas da campanha nos Açores não conteriam um único reparo, uma única observação, ou um único resultado imputável à CDU?

iv. Concluir, como se conclui no relatório, que a “contribuição não foi depositada na conta bancária da campanha”, pois que esta já estava encerrada há quase um ano, e que por isso se trata de uma “receita



não refletida na conta bancária da campanha" é uma verdade material das circunstâncias e arrasa a finalidade principal da lei de financiamento: gerar transparência substantiva e não formal.

v. O formalismo da lei de financiamento é instrumental e destina-se a gerar transparência material e substantiva, pois é esta que importa.

vi. O relatório inverte a ratio da lei e a sua finalidade, porque arrasa, desconsidera, ignora, foge mesmo da transparência substantiva, atacando-a, através do formalismo, esquecendo que o formalismo é apenas o meio para gerar transparência.

vii. Convida-se pois a ECFP a olhar mais para a factualidade, para a veracidade das contas, para a sua efectiva transparência, porque é a veracidade e a transparência que a lei reclama aos partidos e às contas das campanhas eleitorais.

viii. Razão pela qual, sobejamente, importa o arquivamento da decisão tomada pela ECFP.

Apreciação do alegado pela Candidatura:

No exercício do seu direito de resposta, a Candidatura refere que a despesa documentada através da referida fatura (FA 2020/791) é uma despesa superveniente ao encerramento das contas da campanha e que o atraso no envio da mesma é da inteira responsabilidade do fornecedor Crómia Comunicação, Lda.

Apesar da Candidatura vir alegar ter apenas tomado conhecimento da referida fatura (FA 2020/791, datada de 13/10/2020) após o encerramento da conta bancária da campanha ocorrido em 30/12/2020, o certo é que disso não vieram fazer qualquer prova. Acresce que, admitindo o alegado, tal não significa que não devesse ter reconhecido em tempo útil nas demonstrações financeiras da campanha, o acréscimo de gastos relativo ao valor a pagar de 1.966,77€ ao fornecedor Crómia Comunicação, Lda., por contrapartida da respetiva conta de gastos na demonstração de resultados, dando cumprimento ao princípio da especialização dos exercícios. Dessa forma, teria sido possível verificar, aquando da elaboração das contas da campanha, a existência do valor por regularizar relativo aos serviços prestados / bens fornecidos pelo fornecedor, e solicitar-lhe atempadamente a emissão e envio da fatura em falta, garantindo os procedimentos de controlo relativos a uma adequada organização contabilística. O não



reconhecimento de um saldo credor no balanço e da contrapartida do gasto na demonstração dos resultados, referente aos serviços prestados/bens fornecidos imputáveis à campanha eleitoral, revela deficiências nos procedimentos de controlo interno, com vista a assegurar uma adequada organização contabilística na prestação de contas da Candidatura.

Por outro lado, caso o princípio da especialização dos exercícios tivesse sido aplicado, teria sido possível à Candidatura identificar atempadamente a eventual necessidade de receber uma contribuição do Partido Comunista Português para regularizar o respetivo saldo credor (valor a pagar ao fornecedor) e, desta forma, realizar as diligências necessárias para que essa mesma contribuição fosse depositada (e utilizada no pagamento da dívida ao fornecedor) na conta bancária que foi especificamente constituída para gerir todas as receitas e despesas relativas à campanha, de acordo com o artigo 15.º, n.ºs 1 e 3, da Lei n.º 19/2003, garantindo os registos associados à transação em termos de substância e de forma. Este procedimento é o adequado a nível de organização contabilística, independentemente de por motivos não imputáveis à Candidatura, a fatura não tivesse sido rececionada atempadamente.

A partir do momento em que a Candidatura procede à aquisição dos bens e serviços constantes na fatura, bem sabiam que aquela aquisição tinha que ser refletida na contabilidade, independentemente da receção da referida fatura. E consequentemente que deviam ter assegurado os meios financeiros (contribuição do Partido) na conta bancária da candidatura, para fazer face aos pagamentos dos bens/serviços adquiridos.

Analisando os argumentos apresentados pela candidatura à luz do presente enquadramento legal e tendo em conta o que atrás se expôs, não se considera justificado o facto da contribuição do Partido Comunista Português no valor de 1.966,77EUR não ter sido depositada na conta bancária da Candidatura, para fazer face ao pagamento que tinha por fim regularizar.

Por conseguinte, subsiste, nesta parte, a irregularidade identificada no relatório inicial da ECFP que é atentatória do artigo 15.º, n.ºs 1 e 3, da Lei n.º 19/2003.



3. Decisão

Atentos os elementos recolhidos e analisados em sede de auditoria, a sua sistematização no âmbito do Relatório efetuado, os esclarecimentos ulteriores prestados pela Candidatura e a sua análise supra, verifica-se que se está perante uma situação de contas prestadas com irregularidades (artigo 43.º, n.º 1, da LO 2/2005):

- a) Verifica-se um incumprimento do regime legal relativo às receitas da campanha - receita não refletida na conta bancária de campanha (ver ponto 2.1.).

Extraia-se certidão para os efeitos previstos no artigo 44.º da LO 2/2005 e do n.º 6 do artigo 27.º, da Lei 19/2003.

Notifique-se, nos termos do n.º 3 do artigo 43.º da LO 2/2005.

Lisboa, 11 de dezembro de 2024

Entidade das Contas e Financiamentos Políticos

Carla Cardador

João Pires

(Presidente)

(Vogal, ROC)